

Pauta: A importância dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Como está a regulamentação da Lei Federal nº 13.935/19 no município de Porto Alegre?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h13min) Estão abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

(Degravação prejudicada em virtude de problemas técnicos no som.)

SR. MARIO JAIME GOMES DE LIMA: ...verificamos um grande avanço no que diz respeito à identificação de crianças no espectro autista. Isso fortaleceu, isso fez com que uma dessas pautas que a Ver.^a Tanise tanto luta, acelerasse a necessidade da implementação do centro de referência ao autismo. Então, todo o esforço do Município até então foi voltado à educação infantil, e agora nós estamos nos debruçando justamente na pauta de educação infantil e ensino fundamental, no que diz respeito à educação especial. Dessa forma, nós estamos conversando com o gabinete do prefeito, nós estamos conversando com as outras áreas do governo para darmos um *start* na implementação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública municipal de Porto Alegre para atendermos inicialmente a educação especial. Esse é o compromisso que o governo está construindo esse momento, que é a implementação da lei de colocação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública municipal de Porto Alegre, para atender inicialmente as políticas que envolvam a educação especial. Essa é a minha fala inicial na manhã de hoje.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, secretário Mario. Eu acho que seria interessante nós ouvirmos a SMAP. A Sra. Elisa está com a palavra.

SRA. ELISA CORRÊA DOS REIS: Bom dia a todos, sou da SMAP, estou representando a secretaria. Eu acho que foi muito bem explanada pelo secretário Mario a questão da folha de pagamento, a gente confirma que tem essa despesa alta, e, realmente, foi recebido o processo solicitando os psicólogos, os assistentes sociais, e teve um indeferimento pelo comitê de despesa de pessoal

e está sendo ainda analisado pelo governo. Tem a confirmar isso, não trouxe os dados aqui de folha, mas pela secretaria de despesa de pessoal, sempre é feita essa análise com os gastos que tem de folha.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Mara Lago, da Secretaria da Saúde, está com a palavra.

SRA. MARA LAGO: Bom dia a todos, bom dia vereadores, colegas, eu estou aqui representando a Dra. Cristiane Strack, que é a coordenadora da atenção à saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde e que tem por objetivo, essa coordenação, gerenciar os equipamentos da saúde que fazem parte da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial. A nossa missão, com esses equipamentos de saúde, é justamente acolher a população que precisa de diagnóstico e tratamento em saúde mental. Então, nós nos colocamos em parceria com a Secretaria da Educação, recebendo os encaminhamentos das crianças, muitas vezes de escolas. Nós temos nove equipes especializadas em saúde da criança e do adolescente e nove equipes especializadas em adultos na cidade, e todas elas têm pelo menos um psicólogo e um assistente social, além de outros profissionais, como médicos, psiquiatras, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, dependendo da equipe. Nós temos três CAPS infantis, que também é uma luta da Ver.^a Tanise junto com a gente, que são insuficientes para o atendimento da cidade, porque estão destinados para atender os casos mais severos, digamos assim, de saúde mental. Temos quatro CAPS para atendimento de adultos e oito CAPS para atendimento de usuários de álcool e drogas. A gente tem as equipes especializadas, a gente participa da RAPS com os outros equipamentos da assistência social e também da educação. A gente tem feito uma força-tarefa muito grande para participar das redes de atendimento, que são com a participação dos conselhos tutelares, lideradas pela assistência social em geral, que é quem chama essas reuniões mensais para discussão de casos de crianças e adolescentes, para que a gente possa, se não estivermos atendendo ainda, auxiliar as escolas e os equipamentos de assistência social na condução dos

casos, no amparo, no acolhimento. Então a gente tem feito esforço para que as equipes possam participar dessas reuniões; muitas vezes, a gente destina 30% da carga horária dos profissionais, 70% de atendimento com os usuários e 30% para participação nessas redes e nessas reuniões, justamente para que a gente possa oferecer um apoio, de alguma forma, no acolhimento dessas situações que a gente sabe que são graves, enfim, que necessitariam de um tratamento. Então a gente reconhece que o nosso dever na saúde é fazer o atendimento, fazer o atendimento clínico. A gente acredita que, sim, os psicólogos e assistentes sociais na educação têm uma contribuição muito grande e podem atuar mais no sentido de colaborar com os professores e com as escolas no sentido mais amplo dos encaminhamentos, da prevenção. E eu quero dizer também, agora como servidora, e não como representante da Secretaria da Saúde, porque eu sou psicóloga desta Prefeitura desde 1999 – eu entrei na Secretaria de Educação e por lá eu fiquei durante 20 anos –, que nós já tivemos, na Secretaria de Educação, equipes multiprofissionais com psicólogos, assistentes sociais, educadores especiais e uma série de professores especializados em outras áreas para fazer assessoria às escolas. E, nesse sentido, nós trabalhávamos muito, de 1999 a 2009, mais ou menos, durante uma década, prioritariamente na assessoria da educação especial. A inclusão era uma grande bandeira dessa rede municipal, e eu acho que houve muitas conquistas durante esse tempo. Os psicólogos e assistentes sociais, junto com os educadores especiais, trabalhavam para auxiliar as escolas na inclusão dessas crianças nas escolas regulares e também nas escolas especiais. Então foi um trabalho muito interessante dentro da educação – eu acho que é possível, de alguma forma, reativar; depois disso, a partir de 2009, houve uma equipe de psicólogos e assistentes sociais que formavam a equipe chamada ATAR, cujo objetivo era a articulação em rede, então, com menos gente, mas elas ajudavam também as escolas a compor essa rede de assistência e saúde. Infelizmente, foi uma equipe que se desmobilizou durante o governo Marchezan, enfim, e está com dificuldade agora, talvez, de se rearticular. Mas eu só quis fazer essa contribuição de alguém que viveu isso intensamente na educação para dizer que

isso é um trabalho importante, existe, é possível, sim, os psicólogos e os assistentes sociais colaborarem com as escolas e, principalmente, com os professores, que necessitam desse apoio no seu cotidiano, que não é fácil – eu acho que merecem um apoio também na sua saúde mental para poderem acolher e amparar os alunos. A gente sabe que a nossa população, principalmente da rede municipal, é uma população vulnerável, que necessita, sim, de todo o apoio que a gente passa dar. Então, hoje, como Secretária da Saúde, eu quero dizer que as nossas equipes também necessitam de mais gente, digamos assim, a gente realmente tem que admitir que não dá conta, a gente tem uma fila de espera, como a Ver.^a Karen comentou, mas a gente, sempre que possível, está junto das escolas e dos profissionais nessas redes, tentando fazer o possível para atender a população da melhor forma que a gente consegue, com os recursos que temos. Muito obrigada pelo espaço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Mara Lago, representado a Secretária Municipal da Saúde. Antes de passar para o André, representando o gabinete do prefeito, se alguém da plateia quiser, pode se inscrever com o Luiz; depois, faremos uma segunda rodada para encaminhamentos aqui da Mesa. Com a palavra o Sr. André Flores, chefe de gabinete do prefeito.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Bom dia a todos. Bom dia, Ver. José Freitas, a nossa proponente, Ver.^a Tanise, que está se mostrando muito atuante nessa área; hoje nós temos uma realidade no Município referente ao Centro de Autismo, e nós agradecemos muito a participação da Ver.^a Tanise; a Ver.^a Karen, o Ver. Oliboni, a nossa querida Mônica Leal, a Ver.^a Cláudia Araújo também, uma guerreira nessa área da saúde mental, e a nossa grande Ver.^a Lourdes, eu faço questão de cumprimentá-los. A questão específica desta lei já vem sendo abordada dentro do Município há algum tempo. Nós temos uma compreensão, como governo, que o momento pós-pandemia está exigindo do poder público uma política mais efetiva na questão da saúde mental. A gente percebe que alguma coisa mudou, ainda está sendo fonte de estudo nas pessoas em geral,

mas que hoje também incidem sobre as nossas crianças, sobre os nossos adolescentes. É uma preocupação nossa, não só em nível de escola, mas na assistência social e na sociedade como um todo. Agora nós estamos com uma política muito forte com relação aos moradores em situação de rua, e ali a gente percebe também o reflexo dessa questão da saúde mental incidindo sobre essas pessoas que hoje estão nessa situação. Então é fonte de preocupação, de estudo e de algumas políticas que nós estamos implementando aqui no Município. Essa questão, claro, evidentemente, passa pela questão do Orçamento. O Ver. Oliboni fez um recorte sobre isso, foi criada esta lei federal que a gente não discute o mérito, mas ao mesmo tempo também nós temos outras leis que quando o governo vai tomar decisões, tem que respeitar, e uma delas é a Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, situações que às vezes se impõe ao gestor para tomar uma decisão. Qual é o prefeito de uma cidade como Porto Alegre que não vai querer nomear o maior número possível de servidores, ou até mesmo de parcerizações ou terceirizações? É lógico, mas a gente tem que ter muita responsabilidade, essas coisas tem que ser conciliadas com várias outras situações que perpassam o governo. Quando a gente lida com o interesse público, com o poder público, a gente tem que ter essa sensibilidade. Não pode um prefeito simplesmente por que é Prefeito e quer, talvez, dar uma resposta rápida na situação, vai lá e manda nomear sem um estudo mais aprofundado, e servidores que hoje a gente sabe que tem reflexo sobre o Município de 60, 70, e até 80 anos. A gente tem que ter muito cuidado e muita responsabilidade. Neste sentido nós estamos fazendo um esforço muito grande para aprimorar a educação no Município. O secretário Mario Lima falou, e é uma realidade, nós estamos trabalhando muito na questão das vagas para a educação infantil; só esse governo já criou mais de três mil vagas. Vou repetir: o governo Melo já criou mais de 3 mil vagas na educação infantil. Nós estamos fazendo um trabalho, uma meta para chegar 6 mil vagas para praticamente zerar a questão da educação infantil. Não é fácil, é difícil, e claro, vai requerer muito orçamento com relação a essa área, mas é uma prioridade do governo e isso está muito definido pelo prefeito Melo. Nós também investimos, e hoje todas as

escolas municipais têm segurança 24 horas; todas as 98 escolas do Município têm seguranças 24 horas. Nós implementamos recentemente, Ver.^a Mônica, a questão do botão de pânico, tendo em vista essa situação que aconteceu lá em Santa Catarina, de forma pioneira no Brasil. Foi o primeiro município implementar essa política no Brasil. Nós também pactuamos com os servidores no ano passado um aumento, um reajuste de 10,06%, que foi também para todos os servidores da educação. Nós tivemos também a questão do Centro do autismo, como já falado aqui, de suma importância, Ver.^a Tanise, para o Município, para a cidade, mas, principalmente, para aquelas pessoas que mais precisam, que são as pessoas em situação de vulnerabilidade que não tinham um local adequado para essas questões.

Na questão de nomeação de pessoal, Ver.^a Cláudia, nós nomeamos mais de 4.300 servidores, desde que iniciou a gestão Melo, na área da Educação, estou falando tanto o parceirizado como o servidor de carreira; 4.300 foram nomeados na nossa gestão, desses, dado importante, em torno de 250 foram monitores. O que são monitores? São pessoas preparadas para fazer o acompanhamento da educação inclusiva. Então, uma criança com espectro autista em uma escola, precisa de um acompanhamento, e nós estamos trabalhando fortemente nisso. Este governo já nomeou 250 monitores para fazer esse acompanhamento nas escolas e para poder fazer um acompanhamento, vocês sabem disso, mais próximo, mais profissional com relação a isso. Claro que ainda requer mais, mas a gente está fazendo neste momento o que a gente entende adequado com relação ao orçamento. Como eu disse e gostaria de sublinhar: qual o gestor não gostaria de atender todas as políticas integralmente? Todos os gestores, só que a gente tem que ter essa responsabilidade e saber que estamos lidando com dinheiro público, que não é dinheiro nosso, é dinheiro de todos nós, é dinheiro da sociedade. Então isso é muito importante de a gente pontuar.

Com relação especificamente a esta lei que fala que a educação básica contará com serviços de psicologia e de assistência social, a Prefeitura está estudando, já de algum tempo, o modelo que vai fazer isso, qual a forma que ela vai realizar isso. Hoje, o secretário Mario sabe disso, ele tem mais 15 dias para apresentar

ao prefeito um estudo conclusivo sobre isso, da modelagem que nós vamos aplicar aqui em Porto Alegre. Nós temos duas condições, em que pese, Ver.^a Karen, alguns posicionamentos com relação à parcerização, a gente entende que a parcerização, em determinado serviço, é muito bem feito hoje no Município. Nós temos um caso muito emblemático que é a assistência social de Porto Alegre que hoje, grande parte dos seus serviços são parcerizados com organizações da sociedade civil, com expertise no assunto e que trazem um retorno muito grande para o Município. São entidades comprometidas, como, por exemplo, com a assistência social. Então, talvez, a gente possa buscar também aqui em Porto Alegre algo parecido para cumprir esta lei alguma parcerização, mas esse assunto não está fechado também há uma possibilidade nós fazermos nomeações em um projeto piloto para gente verificar qual o melhor modelo. Como eu disse, isso é uma política perene, ele não é só para este momento, ele vai permanecer por muitos e muitos anos. Então a gente parecida fazer algo muito bem elaborado, muito bem feito, mas, claro, vai contar com profissionais, tanto de psicologia como da assistência social, mas ainda a gente não sabe se vai ser parcerizado ou se vai ser de quadro próprio. Com isso nós estamos encaminhando, o Mario está, junto com a secretária Sônia, imbuído de apresentar ao prefeito nos próximos 15 dias esse caminhamento, a gente vai convidar os vereadores para um próximo encontro quando já tiver uma definição mais alinhada com o prefeito sobre esse assunto, mas a verdade é que nós estamos fazendo um grande esforço em Porto Alegre. Ver.^a Lourdes, o Município, neste ano, está se dirigindo para cumprir 29% do orçamento com a área da Educação; a Constituição prevê 25%, possivelmente nós vamos chegar a 29% do nosso orçamento comprometido com a educação. Isso é sinônimo, vereador, de valorização da área da Educação, e nós temos que fazer opções, e o gestor faz opções. Então hoje uma das nossas opções é a educação e, possivelmente, como eu disse, repito e sublinho, nós vamos chegar ao cumprimento de quase de 29% do Orçamento do Município com a área da Educação. Portanto, já não querendo me alongar, eu quero dizer que nós nos encontramos à disposição do Parlamento, cumprimos o Parlamento por

isso, a participação de vocês é muito importante para nós, permite que o governo também, às vezes, mude de direcionamento, às vezes até acelere, como é o caso dessa política. Então a gente vai buscar dar um retorno muito rápido, Ver.^a Tanise, para o Parlamento sobre essa pauta, e, como eu disse, nos próximos 15 dias a Secretaria estará imbuída de apresentar o projeto que eles entendem mais pertinente para o Município, e assim que apresentarem o prefeito, certamente, vai chamar o Parlamento para conversar sobre essa decisão, que é uma decisão coletiva de todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ver.^a Mônica Leal.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Quero fazer uma pergunta para o secretário André. Quantos psicólogos foram contratados com esse valor, no caso, o Fundeb, com os 30%? O que foi feito nessa situação de que o Fundeb serve para essa educação e visto que nós precisamos atender a essa qualidade, a esse desempenho, a essa melhoria e está diretamente ligado a problemas emocionais, psicológicos pós-pandemia, houve uma mudança? Houve uma contratação? Era isso o que eu queria entender.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Eu vou passar aqui para o Mário, mas é importante frisar, Ver.^a Mônica, que quando nós assumimos o governo não havia concurso aberto para contratação direta nem de assistente social nem de psicólogo. Isso foi uma medida que nós adotamos no ano passado para possibilitar essas nomeações. Na educação, ainda não.

SR. MARIO JAIME GOMES DE LIMA: Só para complementar o que foi colocado pelo André, é que realmente existe um concurso aberto para psicólogos, mas ainda não existe um concurso para assistente social. Então foi o que nos motivou, em agosto 2022, a solicitar os 16 psicólogos, só que, ao mesmo tempo, como eu disse, hoje o Fundeb não teria valor suficiente para fazer as contratações. Porém, o que a gente pode fazer? Dentro desses 30%, eu posso

substituir 30% do Fundeb com recursos de MDE para pagar professores. A gente deixaria um espaço dentro do Fundeb para fazer a contratação de serviço de psicologia e assistência social. Qual é o custo disso? Isso é um custo orçamentário, significa que a Secretaria de Educação terá de deixar de fazer outras políticas que ela está fazendo. Lembrando que não é deixar de fazer um muro ou deixar de fazer uma compra em tecnologia. Isso é uma despesa continuada, é uma despesa para sempre, acrescida de juros e correção monetária ao longo do tempo. Então é uma despesa que demanda uma certa responsabilidade. Quando eu faço uma projeção de despesa continuada, eu tenho que prever o aumento, o impacto orçamentário desse gasto no mínimo nos próximos cinco anos. Então é uma despesa encarregada no Município. Por exemplo, hoje, se eu comprar móveis para uma escola, eu gasto uma única vez; se eu comprar computadores para uma escola, eu vou gastar uma única vez. Esse tipo de contratação é uma contratação perpétua, ela vai ser para sempre, no mínimo por 60 anos para o Município. Então, quando a gente faz essa operação contábil de substituição do Fundeb, abre o espaço do Fundeb para pagar psicólogos e assistentes sociais, e aí eu uso um recurso de MDE, que é a Manutenção em Desenvolvimento do Ensino, eu vou ter que abrir mão de alguma política de educação que está sendo colocada, de caráter continuado, para conseguir fornecer essa política. Porém, como eu disse anteriormente, é uma lei, o mérito é indiscutível, então obviamente que nós vamos fazer essa ação, e, como disse o coronel André, o gestor faz escolhas, o custo da escolha será do governo e nós vamos fazer a escolha para viabilizar a política.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, secretário Mario. A Ver.^a Tanise Sabino está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Pessoal, nós estamos indo para os encaminhamentos, para o encerramento desta reunião, todos já se manifestaram e agora é uma nova rodada dos vereadores. Eu quero manifestar meu sentimento: nós estamos encerrando esta reunião e o meu sentimento é de

tristeza, porque pouco foi evoluído. Eu sei que há um desejo do governo, sei que tem um reconhecimento da importância do psicólogo, mas a gente vê que pouco a gente avançou, é preciso dizer isso.

A primeira coisa que eu quero salientar é a questão do estudo, secretário Mário. A gente já vem cobrando desde junho do ano passado; a gente teve uma reunião com o prefeito, com a SMED, com a SMAP, o Sindicato de Psicologia estava também. Em junho do ano passado foi combinado que ia ficar pronto em agosto; em agosto não foi apresentado e nós já estamos em maio de 2023. Agora o coronel está dizendo que o secretário Mario tem 15 dias para apresentar, enfim, vamos acreditar que vai ser nos próximos 15 dias.

Então a primeira coisa eu acho que é a apresentação desse estudo, porque nós precisamos saber quantos psicólogos para a realidade de Porto Alegre. A Ver.^a Karen falou em 35, ela fez uma pesquisa, fez um estudo e chegou ao número 35. Eu também fiz uma pesquisa, conforme um estudo que saiu na mídia, no G1, foi feito um estudo com o número de estudantes no estado do Rio Grande do Sul e o número de psicólogos e, conforme esse estudo, chegou-se a um cálculo de que 49 psicólogos seria um número importante em Porto Alegre. É um estudo do G1, enfim, a Karen diz 35, esse estudo do G1 diz 49, pensamos em 17, qual é o número? Por onde podemos começar? Eu trago um exemplo, já foi citado aqui, do Centro de Autismo: eu lembro que quando a gente conheceu o espaço que foi inaugurado nesta última sexta-feira, do Centro de Autismo, quando eu cheguei lá eu me impactei, achei muito bacana, muito legal, era uma escola de educação infantil do Hospital Psiquiátrico São Pedro, o espaço não é grande, mas é razoável. Eu até posso citar aqui um outro colega, o Ver. Janta, que quando viu, ele achou que não era bom, achou pequeno, achou que deveria ser um outro espaço maior, com equoterapia, tinha que ter cavalo, tinha que ter isso e aquilo. Mas entre o ideal e o real, o que a gente pode fazer? O governo decidiu que sim, que aquele espaço seria adequado para o Centro de Autismo de 0 a 12 anos, e agora vamos batalhar por um outro centro de autismo. Pensando nessa lei, como podemos começar? O ideal seriam 98 psicólogos, um por escola, esse seria o ideal, vamos pensar assim, mas sabemos que, do ponto de vista

orçamentário, isso é inviável, impraticável. Então o que é o real? Podemos começar com quantos psicólogos? Com 10, com 15, com 35? Acho que é esse estudo que nós precisamos – está aqui o sindicato – ter, quantos psicólogos, afinal, podemos começar ainda neste governo? Será que a gente consegue neste governo? Ou até a resposta: “Neste governo não vai dar”. Então vamos esperar o próximo governo. É esse retorno que a gente precisa.

O que me preocupa é a questão do Fundeb, porque, por lei, são 30% para o psicólogo e assistente social e está sendo utilizado pela folha de pagamento. Então, como foi dito aqui, são escolhas. Temos que avaliar que escolhas podemos fazer, porque já tem uma lei, 30% para os psicólogos, já tem um caminho e a gente não está utilizando esse caminho.

O terceiro ponto que eu quero salientar – podemos ter alguns encaminhamentos – é que acho que a gente pode fazer um seminário, Presidente Freitas, até o nosso Presidente tem o desejo, neste ano, de fazer alguns seminários pela COSMAM. A gente pode fazer seminários pela COSMAM ou de outras formas, pelo meu no gabinete, tratando sobre a questão dos psicólogos, sou presidente da frente parlamentar sobre a saúde mental, a Ver.^a Karen é presidente de uma frente semelhante, podemos fazer um seminário, podemos fazer visitas a essas cidades que já implantaram essa lei aqui no nosso Estado, podemos fazer juntos. E o último encaminhamento é a questão de uma audiência pública; eu gostaria de fazer esse encaminhamento, seria para as próximas semanas, enfim, temos que pensar uma data, tem todo um rito de prazo legal para encaminhar uma audiência pública, mas para a gente continuar o debate, esse debate é importante. Até foi falado aqui sobre concurso público, eu tenho dúvida se concurso público para psicólogo e assistente social é o melhor caminho, por quê? Só por uma razão: a gente vê, às vezes, que o psicólogo, enfim, qualquer servidor público aprovado no concurso, ele fica três, quatro, cinco anos numa secretaria e quer mudar. As pessoas têm também desejos, querem mudar na sua carreira, enfim. Então a gente pode contratar um psicólogo por concurso público e ele ficar três, quatro, cinco anos, depois, quer ir para uma outra secretaria, todo mundo quer ir para saúde. Então há um risco de nós

contratarmos psicólogo para a SMED e, depois de 5 anos, ele querer ir para uma outra secretaria. Então tem os prós e os contras, talvez uma parcerização, uma contratação, enfim. Então, de encaminhamentos é isso, vou fazer uma audiência pública, um seminário, visitando as escolas e aproximar a nossa parceria com o sindicato, com o conselho, que sempre são muito atuantes. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ouvindo o André Coronel, eu quero dizer que eu sou a favor das parcerizações. Eu acho que as OCSs fazem um grande trabalho e elas podem ser a nossa solução sim, porque eu acho que a gente não tem braços para bancar tudo aquilo que a gente tem de necessidade, assim como disse a Ver.^a Tanise. O ideal seria nós termos, em cada escola, um psicólogo e uma assistente social, a gente sabe que isso não é possível. Talvez, através de parcerias, nós possamos fazer isso, e o custo para o Município seja reduzido. Então a gente não está tão longe da forma ideal, depende de como a gente vai fazer essa construção. Então, eu acho que é viável sim. Acho que é importante, daqui a 15 dias, nós cobrarmos do Executivo essa prestação e apresentação, para que a gente possa colaborar também, enquanto Comissão de Saúde, com tema e ver qual a solução que a gente pode chegar, porque ela extremamente importante. Acho que o início também, esses 17 profissionais a gente tem que levar em consideração, visto que eles já estão aptos a serem chamados e se tem essa condição, acho que talvez fosse uma grande condição de se melhorar, de forma imediata, essa condição.

Eu vejo algumas coisas, dentro da educação, que, como fala a Ver.^a Tanise, são prioridades. Eu acho que tem algumas coisas que a gente priorizou e que são importantes, mas não tão importantes quanto esse primeiro passo, da questão do psicólogo, que fala de pessoas, de crianças, que são a nossa base fundamental para que a gente possa fazer uma construção de sociedade melhor. Então, se elas não estiverem mentalmente bem, neurologicamente bem, a gente

não consegue construir. A gente falou tanto, na semana passada, com relação às telas interativas – são extremamente importantes para uma construção de inovação tecnológica. Mas será que agora seria o melhor momento? Eu sei que nós tivemos um time fantástico na questão da robótica, de uma escola da periferia, que fez um grande trabalho, que foi lá para o Texas e trouxe medalhas, que é a nossa grande satisfação. E é importante a gente falar de tecnologia, sim, de inovação, sim. Mas será que mais importante não seria nós termos hoje os psicólogos atendendo as nossas crianças como forma inicial, para que, depois, nós pudéssemos ter crianças aptas a trabalhar a questão da inovação e da tecnologia? Prioridade. Eu sou a favor das telas, mas só digo que a gente precisa priorizar algumas coisas importantes.

Foi trazido para nós, no ano passado ou retrasado, acho que retrasado, a questão dos uniformes. Foi apresentado aqui, na Câmara, a questão dos uniformes que eram maravilhosos, para as crianças da nossa rede municipal, e que são extremamente importantes, porque muitas crianças não têm roupa para ir para a escola, e isso acabou não acontecendo. Essa, para mim, também é uma prioridade antes das telas. Estou falando contra, talvez, mas eu não estou destituindo a importância do que foi construído, mas tem outras coisas que são extremamente importantes para as nossas crianças, e uma delas são os psicólogos e as assistentes sociais, porque nós precisamos das nossas crianças bem. Então, quero pedir isso, porque a gente só vai conseguir fazer transformação social se a gente tiver crianças capacitadas.

A questão dos monitores foi uma coisa que eu conversei com a secretária, tive reunião com a secretária. Foram contratados monitores, mas ainda são insuficientes para nossa questão da inclusão, para nossa questão do atendimento às nossas crianças com deficiência. Infelizmente, nós temos poucos monitores, precisamos de mais pessoas capacitadas dentro das escolas, e, para mim, isso é prioridade. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Descobrimos, agora, que está na plateia o procurador Roberto Motta, da PGM. Por gentileza, convidamos a sentar-se à Mesa conosco.

SR. ROBERTO MOTA: Bom dia, pessoal. Sou da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre. Gostaria de dar bom dia a todos da Mesa. É o seguinte, apenas para fazer um esclarecimentozinho aqui com relação ao que foi posto em mais de uma oportunidade, como se os 30% do Fundeb fossem obrigatórios para gastos com psicologia. A gente sabe no art. 70 da LDB estão postos todos os gastos que podem ser feitos com os valores destinados à educação, manutenção e desenvolvimento do ensino. Dentre eles, gastos com pessoal, profissionais da atividade-fim, professores; ou seja, 70% do Fundeb, no mínimo são para professores; 30% está livre para os outros gastos, que estão no art. 70 da LDB. Ok? Então, não necessariamente são aplicados esses 30% para profissionais da assistência social e da psicologia. Podem ser. É isso que o secretário Marco estava dizendo. Hoje são destinados 100%, porque é possível que sejam destinados legalmente 100%. É bem interessante a gente ter essa ideia, porque da forma que foi posto, fica parecendo que está incorrendo em ilegalidade o Município. Então, a gente está aqui para poder esclarecer esse tipo de coisa. Tudo bem?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Dr. Roberto, pelo esclarecimento. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, eu sou ligada aos números, e eu gostei muito da explanação do governo quando fala da legalidade dos gastos. E eu, como fui auditora por mais de 20 anos, a gente sabe o que acontece nos municípios, muitas vezes, para atender as demandas, vai-se ultrapassando alguns artigos da legislação, mas depois vem a conta. Vem a conta através do Tribunal de Contas, através de outras fiscalizações. Então, eu fiquei bem contemplada, Coronel, com as suas explicações sobre números. E,

como nós confiamos nessas informações, eu vejo que a reunião foi bem produtora, todos os vereadores fizeram suas explicações e o que está pendente, que foi reivindicado aqui também pela Ver.^a Cláudia, que seja apresentado, para que nós tenhamos essa reunião com mais êxito, vamos dizer assim. Eu cumprimento, sim, o governo, por todas essas informações.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Karen está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, fiquei com algumas dúvidas, porque eu não percebi esses números, Ver.^a Lourdes. Eu não percebi. Eu recebi a informação de R\$ 420 milhões, 50% gasto em folha de pagamento. Qual é o teto da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#)? E quanto o Município de Porto Alegre investe em folha de pagamento? Isso, para mim seria um número. Qual é o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal e quanto, hoje, o Município investe? Porque pela informação que nós temos do movimento do Sindicato dos Trabalhadores do Município, a gente não chegou nesse teto; ou seja, tem margem para se investir em pessoal. Isso para mim é um dado muito importante. Em segundo lugar, eu saio insatisfeita porque nós não tivemos nenhum prognóstico em relação, por exemplo, a qual seria o impacto financeiro da parcerização. Qual é o impacto financeiro da contratação direta e qual é o impacto financeiro do concurso público? É esse o estudo que nós reivindicamos no ano passado. Para a gente conseguir ter esses cenários e, para além disso, aí o debate de concepção, que eu acho fundamental a gente ter esse seminário, a gente conseguir olhar as experiências dos outros municípios onde já está sendo implementada a regulamentação. Porque não dá para ser uma opinião baseada na nossa vontade política de parcerizar, terceirizar todos os serviços que são oferecidos para as nossas comunidades. Porque há exemplos que dão certo, mas há exemplos que dão muito errado. E eu achei muito importante o relato da servidora alocada na Secretaria Municipal de Saúde, porque isso é a memória da política pública, que está presente e incorporada nos servidores públicos, daquilo que deu certo e daquilo que deu errado. É completamente distinto de um

profissional que não tem um compromisso com a elaboração e com a execução de políticas públicas que são para os próximos cinco, dez, quinze anos, uma política permanente. Não é uma obra, que tem início, meio e fim. É algo que precisa ser acompanhado, é algo que não é de governo; é um legado da cidade de Porto Alegre, a implementação dessa política. Por isso a importância do serviço público, por isso a importância dos servidores, porque é um legado da cidade, não é de governo. Então, nesse sentido, as minhas dúvidas seguem, eu acho bem importante, antes de pensar qualquer tipo de implementação e uma modelagem para o Município de Porto Alegre, ter uma audiência pública, e que se respeitem o prazo dos 15 dias para que se apresente para um grupo de trabalho esse estudo em relação às possibilidades de contratação. E que, na sequência, a gente consiga convocar uma audiência pública, que o governo se utilize desse instrumento amplo e democrático para gente conseguir ouvir a rede de assistência de saúde e de educação, as nossas comunidades escolares, que a gente conseguiu mobilizar para que as pessoas venham nesse plenarinho, e a gente consiga ouvir o que a comunidade tem a dizer. Não dá para ser uma decisão a ser implementada... sabe, também não é dessa forma que a gente vem batalhando para que haja a implementação dessa lei. Pelo contrário, a gente quer avançar e acumular a partir das experiências que já vêm sendo executadas, e, nesse sentido, usar os instrumentos da Câmara de Vereadores para a gente conseguir juntos analisar, avaliar e decidir. Eu me incomodo muito com as audiências públicas em que a gente vem, mobiliza, discute e muito pouco, às vezes, é incorporado dentro da política do projeto de lei. Que a gente consiga, de fato, usar uma audiência pública para ouvir, incorporar as colocações daqueles que vão ser impactados, daqueles que vão ter que executar. Tudo aquilo que a gente fica pensando aqui na Câmara de Vereadores é executado por alguém. Então, ouvir quem está na ponta e quem vai executar todo esse programa, essa política, é fundamental. Então, acho importante a gente utilizar um instrumento, a audiência pública antes de implementar qualquer tipo de iniciativa nesse sentido que vem sendo posto aí pelo governo Melo. Obrigada.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, se me permite, apenas para esclarecer a Ver.^a Karen, que eu ouvi foram números, que isso aí está no Portal Transparência. Qualquer dúvida, a Comissão pode mandar formalizar para que o governo informe, mas eu não vou colocar em dúvida as informações do governo. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ninguém fica satisfeito se não consegue viabilizar a ação principal a que se propõe a reunião. A Ver.^a Tanise tem razão à medida que não há sinalização do governo, há uma possibilidade de estudo. Eu queria levantar algumas questões. Não sei se vocês lembram que, quando surgiu a lei federal que cada farmácia tinha que ter um farmacêutico. Foi uma choradeira danada, ninguém podia, ninguém conseguia; hoje é natural. Demorou dez anos, mas aconteceu. O governo municipal, no primeiro ano de mandato do atual governo, inclusive a secretária municipal de Educação caiu porque não utilizou todo o recurso do Fundeb – devolveu os recursos do Fundeb. Teve que devolver, o prefeito xingou a secretária, foi notícia na imprensa. No segundo ano do governo, com todo o respeito, ele fechou o ano com superávit R\$ 700 milhões. André Coronel, olha só, a política municipal de assistência... a educação infantil é municipal, nós temos um déficit hoje não é de 6 mil, é de 11 mil vagas. Então, se há uma possibilidade do governo se sensibilizar para isso num planejamento – eu concordo, tem que ter um planejamento, trazer para a Câmara –, nós podemos ajudar na peça orçamentária do final do ano. Então, tem espaço para trabalhar, não é o fim do mundo, mas tem espaço para trabalhar, os profissionais precisam trabalhar, foram formados para isso. Então, essa ideia de sensibilizar os governos... e nós estamos aqui para isso também junto com a sociedade, de poder incluir esses profissionais para poder melhorar a assistência, seja ela na saúde, educação, assistência, eu acho que é um dever nosso ficar insistindo, Ver.^a Tanise, nessas pautas. É importante que, em 30 ou 40 dias, se proponha

uma nova reunião para tratar desse tema, porque acho que é importante nós continuarmos. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Oliboni. O Sr. Gabriel Godoi, diretor do Sindicato dos Psicólogos no Estado do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SR. GABRIEL GODOI: Obrigado, Presidente, eu gostaria de começar a fazer algumas separações. Primeiro, a legislação é bastante clara, o Fundeb é dividido em duas partes, uma parte de 70% para pagamento de servidores básicos, essenciais, professores, enfim, gastos básicos e outros 30% para o pagamento de acessórios. É claro que pode ser mudada essa porcentagem conforme o governo, mas, na Lei Federal nº 13.935, o gasto do Fundeb com os psicólogos está dentro desses 30%. Claro, não quer dizer, como o procurador disse, que esses 30% sejam só para pagamento de psicólogos e assistentes sociais, mas já está previsto um caminho nisso. Impressiona um pouco... Se vocês lembrarem, Ver^a Tanise, quando foi que nós pedimos esse estudo? Foi em 21 de junho de 2022, e a gente ainda está falando, Ver^a Cláudia, em fazer um estudo. Daqui a pouco, a Prefeitura já tem um doutorado nesse estudo, porque é tanto tempo de estudo. Sinceramente eu não gostaria de estar falando dessa forma, fico desconcertado, e tenho certeza que os servidores que estão aqui, o secretário Mário, o André Coronel, também ficam desconcertados com essa demora na produção desse material que, como a própria Ver^a Lourdes falou, poderia ser conseguido facilmente no Portal da Transparência. Então, a gente fica realmente decepcionado porque o nosso intuito não é fazer um embate com o governo; o nosso intuito é ajudar, é tentar desfazer os nós que impedem a implementação dessa lei. A nossa expectativa é que esse estudo já estivesse pronto e que os dados fossem trazidos hoje. Pelo menos isso, porque esses dados não são trazidos para o Gabriel, para a Maria Marta, eles são trazidos para os 30 mil psicólogos que nós representamos, para os mais de 50 mil assistentes sociais que representamos, para toda a comunidade escolar. Claro,

nós podemos buscar no Portal da Transparência, mas que imagem isso passa da comunicação que a Prefeitura faz com essas classes. E é essa a nossa preocupação, é por isso que nós viemos fazer o diálogo.

Uma outra reparação que faço é que, quando o secretário Mario fala sobre o foco da locação desses psicólogos. Na educação especial, temos que fazer um retorno, porque a lei não fala sobre educação especial; ela fala sobre educação básica, então, não é a pauta a educação especial especificamente. Quando vamos falar sobre educação básica, sobre contratação, a Ver^a Mônica fez uma pergunta excelente, pena que ela já não está mais aqui, mas, pela resposta, não foi feita nenhuma contratação desde que foi pedido. Já que estamos falando de números, realmente eu também gosto de números frios, porque eles impedem qualquer vontade política, pensamento ideológico. Falamos tecnicamente: nós não temos nenhuma contratação, não temos estudo feito. Nós temos uma possibilidade de um estudo de mapeamento de terceirização, de parcerização, obscuro, não discutido com a sociedade. Então, eu estou bastante decepcionado. Enquanto sindicato, eu tenho muito interesse de ver que projetos são esses que estão sendo feitos, não por embate novamente, mas para poder auxiliar, compartilhar, para poder fazer discussão pública. Daqui a 15 dias, eu espero que não seja entregue um dito político sem discussão. Esperamos que, daqui a 15 dias, Ver^a Tanise, vereadores presentes, que são essenciais para essa pressão, seja entregue, pelo menos, esse estudo para que possamos fazer uma análise com base nele, porque os estudos que fazemos na UFRGS são completamente diferentes daqueles que o pessoal da Prefeitura trouxe aqui.

Vejam, nós não estamos fazendo nenhum pedido ideal. Nós não estamos pedindo mil psicólogos contratados. Nós estamos fazendo um pedido, pelo menos na nossa visão, superbásico assim, então, para fazer essa sensibilização também. Eu queria que a Prefeitura também se sensibilizasse em relação a isso, para podermos colocar essas coisas dentro de uma normalidade, porque um estudo básico demorar quase um ano para ser produzido, vir a uma outra reunião, com vários vereadores, e não estar produzido ainda... olha, é desconcertar a Prefeitura, sinceramente. Mas o diálogo ainda está aberto,

permanecemos aqui, permanecemos lutando. Não sairemos daqui até a implementação dessa lei. Estaremos aqui ainda. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Gabriel Godoi. A Sra. Maria Marta Oliveira, representante do Conselho Regional de Psicologia, está com a palavra.

SRA. MARIA MARTA OLIVEIRA: Primeiro, eu gostaria de agradecer a presença de todos e o convite feito ao conselho. Acredito no diálogo, acredito que tenhamos que construir juntos, acredito na democracia e na construção conjunta de saídas e alternativas. Acho que apoiamos todos os encaminhamentos dados pelas vereadoras e vereador, acho muito importante que tenha essa audiência pública, e talvez contribuir um pouquinho mais com a experiência e com o nosso campo de conhecimento, com duas questões: uma diz respeito à prevenção; o trabalho, há muitos anos atrás, eu apresentei, eu fiz parte, por muitos anos, como gestora e técnica, de uma organização social que trabalhava com crianças com deficiência múltipla. Então eu tive a oportunidade de apresentar, em algum momento, na Secretaria de Educação, um trabalho, um projeto, para se trabalhar a relação mãe-bebê; é um campo muito conhecido, muito desenvolvido, e tem uma função de prevenção dos quadros de autismo; um trabalho precoce, que não é precoce, é no tempo certo, que é no primeiro ano de vida, isso existe, isso tem pesquisa, tem literatura, e nunca foi implementado. Parte disso está implementado no PMI, em algumas intervenções, mas a gente tem muito mais a dar, e hoje a gente está fazendo o centro de atendimento de crianças com o transtorno do espectro autista. Então, assim, existe o trabalho de prevenção, existe pesquisa, existe conhecimento, e é preciso que também se leve em conta isso; se estuda, nas nossas áreas, a gente estuda políticas públicas, a gente estuda a prevenção, e às vezes é muito mais barato a prevenção do que o atendimento depois. Então isso é importante para um gestor, que ele possa pensar e planejar num tempo maior do que o seu mandato. Essa é a dificuldade que, enquanto cidadã, enquanto técnica, eu vejo nas ações que são feitas. Então

essa contratação de psicólogos vem no sentido da prevenção, como a Ver.^a Mônica falou aqui, e no sentido de que a escola é o espaço social da criança; a família também é o primeiro, mas os pais normalmente trabalham. Então o tempo na creche, o senhor falou bastante da educação infantil, é importante, e que ali é que se dá grande parte do seu tempo, das suas aprendizagens, da sua constituição como sujeito vai se dar também com esses profissionais da educação. Então é nesse sentido que a gente insiste tanto, porque é um trabalho de prevenção, e lembrando que essa lei, sobre a qual a gente está discutindo, ela teve um grande empurrão com o massacre de Suzano, e eu não gostaria que a gente só se mobilizasse, que os estudos se finalizassem só no momento em que algo parecido com isso acontecesse na nossa cidade, porque daí vai ter dinheiro. Eu acho que a vida é feita de escolhas. Eu trabalho com psicanálise, isso faz parte do meu trabalho contidamente, todo mundo tem que escolher, todo mundo faz uma escolha e deixa a outra coisa de lado. A gente ganha de um lado e perde de outro, mas a gente é obrigado a fazer isso. Então, nesse sentido, eu acho que nós temos um caminho, a gente traz um caminho, a vereadora trouxe, nós temos vereadoras debruçadas sobre isso, e em todas as eleições a gente ouve uma ode à educação. Então, é preciso que isso se transforme em ações, no meu entendimento. É isso. Acho que a gente pode colaborar nesse caminho, estamos dispostos, no conselho, e desejamos que a gente consiga voltar em breve para examinar a proposta, o estudo do Executivo. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigada, Maria Marta, do Conselho Regional de Psicologia. Alguma consideração final, André ou secretário Mário? O Sr. André Flores está com a palavra.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Eu gostaria de agradecer esta oportunidade, dizer que sempre é importante, para o governo, poder ouvir as demandas e, ao mesmo tempo, também dizer um pouco o que estava havendo. Então acho que é um momento muito propício, e eu agradeço muito o alto nível do nosso encontro. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Mario Lima está com a palavra.

SR. MARIO JAIME GOMES DE LIMA: Inicialmente ou finalmente, agradecer as colocações postas durante as nossas conversas, por que a democracia isso, não é? É ouvir, conversar, tentar construir. No final, eu queria deixar claro que a ideia de contratação de 17 psicólogos, naquele momento, era para trazer esses psicólogos, e construirmos junto com os psicólogos um plano. Então o plano não demorou por uma questão de inércia ou falta de vontade, a questão era trazer esses profissionais e com esses profissionais – eu acho que vocês concordam com isso – construir essa política. Ao mesmo tempo, eu preciso repetir: a gente vai lá compara: “Ah, porque vocês compraram as telas, porque vocês compraram...” Esses gastos são estanques num determinado momento, eles não são gastos continuados. Nos gastos continuados, o gestor, além de poder comprometer o orçamento político, não só deste governo, mas dos 30, 40, 50 governos que vêm na frente, ele também compromete a vida do ordenador de despesas. Então, quando o ordenador de despesa, o gestor elabora uma despesa de caráter continuado, ele é o responsável. Então, mesmo que o mérito seja louvável, depois a responsabilidade cai sobre o indivíduo, não cai sobre o governo, não cai sobre o estado, no caso, o Município. Então tudo isso que nós estamos tentando construir é com determinada responsabilidade. Então tem que ter em mente essas duas coisas; a primeira: o governo não ficou sem fazer o estudo por que fez pouco caso da lei ou da preocupação do objeto da lei; o governo não fez o estudo por que, inicialmente, a ideia era trazer esses psicólogos para que se construísse esse estudo. Em segundo lugar, agora nós vamos verificar qual é a melhor alternativa para implementar a política. Então a definição da implementação da política vai levar em consideração todos esses aspectos: os profissionais que estão sendo envolvidos, o orçamento que nós vamos ter disponível para a implementação da política, e isso vai fugir obviamente dos aspectos ideológicos, do aspecto de classe. A questão é, o nosso objeto aqui não são os psicólogos, não são os assistentes sociais e não é o governo, o nosso objeto aqui são as crianças que serão atendidas pela política.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado secretário Marcos. Eu vou passar para a Ver.^a Tanise para reforçar os encaminhamentos.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Então, pessoal, muito obrigada. Obrigada ao governo, que está presente; ao sindicato, ao conselho, aos vereadores, ao público que está conosco aqui. Foi um excelente debate, é um debate necessário. A gente tem que estar discutindo, pensando formas e alternativas, mas acho que, como encaminhamento, pode ser uma audiência pública, a gente vê os prazos legais. Só que eu acho que antes de irmos para audiência, não sei se, na COSMAM, a gente não faz essa apresentação desse estudo, não sei. Até para arredondar uma coisa, talvez, daqui a uns 15, 20 dias, um mês, poderia ser a apresentação desse estudo aqui na COSMAM e depois uma audiência pública. Podemos pensar também em seminários, em visitas às cidades que já foram citadas aqui, que já implantaram essa lei. Enfim, acho que o debate continua.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado a todos. E vamos, por enquanto, com que temos. Com as escolas encaminhando para os CAPS que, diga-se de passagem, têm uma fila, uma demanda muito grande. Eu sei pelos conselhos tutelares que encaminham uma criança e tem uma fila enorme. Então vamos construir juntos, a COSMAM está à disposição de todos os senhores. Muito obrigado a todos, tenham um ótimo dia, que Deus continue nos abençoando. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h55min.)